Região de Aveiro
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

Reunião da Assembleia Intermunicipal
14 de novembro de 2016
Ata nº. 2

Na sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida por Manuel Nunes Simões dos Santos, ladeado pelo Vice-Presidente Manuel da Silva Soares, e pela Secretária substituta, Sara Patrícia Rios da Silva.

Estiveram presentes os seguintes membros:
José Carlos Raposo Marques Vidal; Carlos Alberto Baptista Guerra; Hilário Manuel Ferreira dos Santos; Mário Rui de Almeida Branco; Paulo André Silva e Silva; Rúben André de Carvalho Coelho; Artur Domingues Pires Salvador; António Manuel Alves; José Manuel Oliveira Carvalho; Luís António Sousa Pinto dos Santos; Nuno Manuel Marques Pereira; Carlos Francisco Cunha Picado; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Carlos Albérico de Amorim Alves; José Augusto da Luz Matos; Diamantino Alberto Garrido Correia; Carla Cabique Martins; António José Flor Agostinho; António José Carlos Pinho; Sérgio Manuel de Jesus Lopes; António Maria dos Santos Sousa; José Manuel Andrade Simões; José Alcides Ramos Pereira; Augusto Carlos dos Santos Leite; André de Campos Fevereiro Chambel; João Paulo Castelo da Assunção Sol; Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto; Carlos Manuel Lopes Pinto Ribeiro; Sérgio Daniel Santos Morais; Rui Filipe Coelho Costa; José Luís da Silva Almeida; Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva; Toni Pedro Ribeiro Martins; Rui Miguel Rocha da Cruz; Manuel Marcelino Santos Manangão; Juan Carlos Ferreira Martins; José Augusto Ferreira Martins.

Estiveram ausentes os membros: Carla Eliana da Costa Tavares; Henrique Manuel Morais Diz; Gonçalo Nuno Caetano Alves; Susana Cristina Chaves Baptista Esteves; José de Figueiredo Lino.

O Presidente da Mesa iniciou a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva agenda da reunião:

A – Apreciação e votação da ata da sessão anterior;

B – Expediente e informações;

C – Período Antes da Ordem do Dia;

D – Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da CI Região de Aveiro.

Ponto 2 - Informação dos Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da Autorização Prévia Genérica de 2016.

Ponto 3 - Apreciação e Votação das GOP, Orçamento e Mapa de Pessoal 2017, bem como dos compromissos plurianuais que constam no PPI ou GOP, para efeitos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Autorização Prévia Genérica, para o ano de 2017, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

Ponto 5 - Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a CI Região de Aveiro.

Ponto 6 - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão 2016.

Ponto 7 - Apresentação do Estudo sobre o futuro do Centro Hospitalar do Baixo Vouga.

Seguiu-se a Ordem de Trabalhos:

A - Apreciação e votação da ata da sessão anterior;

Não houve pedidos de inscrição para o uso da palavra.

O Presidente da Mesa colocou à votação a ata da sessão anterior, com os seguintes resultados:

Apreciação e Votação da ata nº 1/2016, de 11 de abril, aprovada por maioria. Os membros Mário Branco, Paulo Silva, Carla Martins, António Pinho e Augusto Leite não votaram, uma vez que não estiveram presentes na reunião da Assembleia Intermunicipal de 11 de abril de 2016.

B – Expediente e informações;

O Presidente da Mesa informou a receção de *email* do Município de Ílhavo, de 11 de novembro de 2016, a comunicar a renúncia do mandato do membro Eduardo Conde e a solicitar a substituição, entretanto efetuada, com a tomada de posse do cidadão António José Carlos Pinho, já presente nesta reunião.

Informou que os membros Ricardo Jorge Lopes Fernandes, António Amador da Silva Esteves e Sofia Maria Grilo Marques Senos solicitaram a respetiva substituição.

Augusto Leite (Murtosa) solicitou que a documentação para as reuniões da Assembleia Intermunicipal lhe fosse enviada via CTT.

C – Período Antes da Ordem do Dia;

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Vidal (Águeda) tendo conhecimento de discordâncias sobre a estrutura acionista da AdRA – Águas da Região de Aveiro, apresentou um requerimento, para que lhe "*sejam facultados todos os documentos, estudos e relatórios, elaborados pela Deloitte que serviram de base à constituição acionista da ADRA*".

José Matos (Estarreja) considerou que o Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga, órgão consultivo, teve um longo período sem reunir e que seria importante que reunisse mais vezes, tendo em consideração os problemas recorrentes da rede de cuidados de saúde primários, uma vez que faz todo o sentido serem abordados a esse nível.

Hilário Santos (Águeda) considerou que a AdRA tem uma situação complicada em Águeda, e apelou ao peso político da CIRA e do seu Presidente para intervir, uma vez que há dificuldades de comunicação entre a CM Águeda e a empresa. Sobre a Educação, e após a última Assembleia Municipal onde se discutiu a remodelação da Escola Secundária Adolfo Portela, pediu esclarecimentos da não inclusão dessas obras no envelope financeiro contratualizado entre a CIRA e o Centro 2020.

Augusto Leite (Murtosa) alertou para o apoio do INEM à freguesia de São Jacinto, e se este está dentro dos tempos mínimos legais para deslocação aos hospitais.

Diana Paiva (Sever do Vouga) reiterou que AdRA é um assunto recorrente das Assembleias Municipais e considerou que fazendo os Municípios parte da estrutura acionista da empresa, gostaria de saber se a CIRA fiscaliza a atuação desta entidade e dos seus órgãos de gestão.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que a freguesia de São Jacinto está devidamente servida pelos Bombeiros Novos de Aveiro e o serviço está assegurado.

D – Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 - Informação do Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a atividade da CI Região de Aveiro:

O Presidente do Conselho Intermunicipal deu destaque a alguns eventos realizados durante o ano de 2016, como a participação no *ECC - European Cycling Chalenge*; o Ria de Aveiro *Weekend*; o Dia da Região, com uma forte adesão da população, a publicação do livro do QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional e o Seminário da Região de Aveiro Empreendedora.

Realçou o fim do "*processo do Beira-Mar*", com a certeza de se ter agido bem, sem irregularidades, pese embora os custos e a exposição mediática.

O Presidente do CI destacou, igualmente, o dossier da Gestão da Floresta e Incêndios na Região de Aveiro, no qual a CIRA deu um contributo para o debate nacional, e informou da participação nos processos em consulta pública, nesta nova fase de apreciação e de contributos para os documentos legislativos.

Inscreveram-se para usar da palavra:

José Matos (Estarreja) considerou que o fim do "*processo do Beira-Mar*", e a respetiva sentença, foram importantes para esclarecer devidamente esta questão, que surgiu na Assembleia Municipal de Estarreja. Sobre a Gestão da Floresta e os Incêndios, considerou que o documento tem propostas válidas e relevantes, mas que têm de ser vistas e observadas com grande ponderação, como por exemplo, o agravamento do IMI, pois em muitos casos as pessoas nem sabem onde têm as suas propriedades; além disso, há medidas que implicam financiamento e questiona quais os instrumentos financeiros que os Municípios poderão ter. Considerou um bom ponto de partida para a discussão.

Carla Martins (Estarreja) referiu um protocolo assinado no âmbito do Baixo Vouga Lagunar, e se poderá ter acesso a esse documento.

Armando Pinto (Oliveira do Bairro) referiu-se ao Programa Região de Aveiro Empreendedora, e embora tenha participado no Seminário, não conseguiu encontrar mais informação disponível, designadamente as linhas estratégicas definidas.

O Presidente do Conselho Intermunicipal considerou que a questão do cadastro e da gestão dos terrenos abandonados é básica, e são passos prévios necessários para que a medida do IMI possa ser eficaz.

Relativamente ao protocolo, entende que haverá alguma confusão, pois o único que existe é entre a CIRA e a APA - Agência Portuguesa do Ambiente para a gestão em cooperação de projetos e obras de reparação dos rombos do Rio Vouga.

Sobre a Região de Aveiro Empreendedora, referiu que tem como quadro base a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro, de onde saem as várias ações. As DLBC's - Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rurais, norte e sul, estão em desenvolvimento, com operações de marketing, com intervenções nos municípios, e têm os primeiros avisos abertos. A DLBC Costeira não está em operação, uma vez que falta completar o quadro legal; as Medidas das Prioridades de Investimento 8.3 e 8.8 do PDCT - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro, ainda não estão disponíveis, e aguardam pelos avisos. Os Sistemas de Apoio a Ações Coletivas, de promoção do espírito empreendedor e da promoção da internacionalização estão em franco desenvolvimento. Aguarda-se mais alguma informação para finalizar uma brochura e outros materiais para disseminação massiva pela região.

Relativamente à questão da AdRA, o Presidente do CI referiu que há um entendimento diferente do Município de Águeda em relação aos restantes municípios. Como previsto desde a constituição da empresa, a questão é colocada na ambiência da revisão do EVEF – Estudo de Viabilidade Económica e Financeira. O acordo base do EVEF está feito. A empresa funciona de forma normal e é acessível a todas as pessoas. Estão neste momento a ser discutidas adendas aos contratos de parceria e de gestão, designadamente intervenções em áreas do território que não estão dentro do sistema, como por exemplo, em Sever do Vouga. Paralelamente, está-se a iniciar um estudo sobre as vantagens e desvantagens duma fusão, envolvendo a AdRA, as Águas do Centro Litoral e a Associação de Município do Carvoeiro-Vouga, numa gestão integrada do Ciclo Urbano da Água. Esta solução já tinha sido proposta ao anterior governo, como projeto-piloto, mas não foi aceite.

Sobre o ACeS Baixo Vouga referiu que foi difícil marcar a primeira reunião do Conselho da Comunidade, e recordou que os ACeS ainda não têm a autonomia de gestão administrativa e financeira que a lei determina.

Relativamente à Educação, e à questão das obras da Escola Secundária Adolfo Portela, está relacionada com os mapeamentos da responsabilidade do Governo, em processos de negociação difíceis, nas áreas da educação, cultura e saúde. A educação foi aquela onde tivemos menos influência nas negociações, e temos apenas 3 escolas mapeadas. Considerou importante que o atual Governo negoceie com a Comissão Europeia para se reforçar estas dotações financeiras, que são curtas para as verdadeiras necessidades. Na educação da

responsabilidade dos municípios, o PDCT tem vários objetivos com dotação zero, aguardando a renegociação do reforço das dotações, nomeadamente na Reserva de Eficiência.

Carla Martins (Estarreja) subentendeu que na transição de dossier entre o Ministério da Agricultura e a CM Aveiro haveria um protocolo. Ainda assim gostaria de ter acesso à informação existente sobre os projetos.

O Presidente da Câmara Municipal de Águeda pediu para intervir. Os trabalhos foram suspensos por cinco minutos para a Mesa consultar o Regimento.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa considera que o Regimento é omisso nesta matéria. Nos termos do artigo 45º do Regimento, e consultada a Lei 75/2013 de 12 de setembro, não vislumbrou algo que desse uma orientação objetiva e inequívoca sobre o procedimento a adotar. Por esses motivos, propõe que a democracia funcione e se consulte o plenário.

Marques Pereira (Aveiro) referiu que a Lei 75/2013 é omissa em relação aos poderes que o Presidente da Mesa tem em conferir a palavra a algum dos Presidentes de Câmara presentes, mas declara que é o Presidente da Mesa que dirige os trabalhos e é soberano. Recordou que a Lei 75/2013 não revogou integralmente a Lei 169/99, de 18 de setembro, e este órgão está feito à semelhança das Assembleia Municipais, donde constam três situações específicas para poderem intervir.

O Presidente do Conselho Intermunicipal apelou que se cuidem dos interesses comuns e se trate dos interesses municipais nos locais próprios. Manifestou total disponibilidade para um tratamento formal dos assuntos da educação e cultura, ou da AdRA, com total profundidade, e não no capítulo das informações.

O Presidente da Mesa solicitou a todos que permitam conduzir os trabalhos e colocou à votação da Assembleia se o Presidente da Mesa deve dar a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Águeda. Foi aprovado por maioria dar a palavra.

Santos Sousa (Murtosa) justificou a sua abstenção uma vez que entende que a questão não deveria ter sido colocada pela Mesa à Assembleia, e que o Presidente da CIRA daria a palavra aos colegas, se estivesse em causa a defesa da honra. Pensa que é uma decisão ilegal, e uma má decisão da Mesa.

Marques Pereira (Aveiro) considerou que a Mesa se quis suportar da decisão da Assembleia, para ter um conforto à decisão da Mesa.

José Matos (Estarreja) referiu que se absteve, uma vez que não tem na sua posse a Lei nem o Regimento. Entende que o mencionado pelo membro Santos Sousa tem alguma razão de ser, mas não consegue decidir neste contexto.

José Almeida (Sever do Vouga) entende que consultando o nº 6, do artigo 15º dos Estatutos, os restantes membros do Conselho Intermunicipal e do Secretariado Intermunicipal podem igualmente intervir.

Dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Águeda.

O Presidente da CM Águeda referiu que pretende ter conhecimento da forma como foi distribuído o capital acionista da AdRA. No caso da educação, não conhece os critérios e não sabe como foram decididas. Na cultura, referiu que existiu um critério nacional, que conhece, dos Monumentos Nacionais, e que corresponde à verdade o que o Presidente da CIRA disse.

O Presidente da Câmara Municipal de Ovar pediu, igualmente, para intervir, tendo sido dada a palavra.

O Presidente da CM Ovar referiu que o Presidente da CIRA representa todos os Presidentes de Câmara da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, e alertou para a tentação de trazer assuntos que dizem respeito exclusivamente à esfera municipal, estando-se assim a desvirtuar este órgão. Naquilo que diz respeito à distribuição do capital da AdRA, estas dúvidas fariam sentido no caso de Ovar e dos restantes novos autarcas; no caso de Águeda, o atual Presidente acompanhou a negociação e assinou o contrato de constituição. Afirmou, igualmente, que a CIRA não teve qualquer influência no mapeamento na questão da educação, sendo uma imposição do Governo.

O Presidente do Conselho Intermunicipal discordou com o procedimento adotado pela Mesa, e afirmou que sempre que um colega entender não estar a representar devidamente o respetivo município, está ao dispor. Referiu que o Presidente da Câmara Municipal de Águeda, no último ano e meio, tem tido algumas divergências, em poucos dossiers, difíceis de entender, e a AdRA é um deles. As decisões sempre foram tomadas de livre vontade, em liberdade por todos, após centenas de horas de negociações, e todos tiveram nas mesmas reuniões. Seguramente que houve erros, que eram expectáveis, mas procura-se encontrar um novo equilíbrio em sede de revisão do EVEF, numa lógica positiva e construtiva, sem reescrever a história. Reiterou o empenho para manter a coesão que a CIRA tem tido, e gerir este processo com a delicadeza necessária, para não perturbar outros dossiers, e renovou a

disponibilidade, em reunião específica, para aprofundar estas questões em pormenor, numa atitude de reflexão para um futuro melhor.

Paulo Silva (Albergaria-a-Velha) referiu que as pessoas têm direito a falar, nomeadamente os Presidentes de Câmara, que representam cidadãos, embora reconheça que esta é uma exceção perigosa, considerando que o Presidente da CIRA terá falado para além do objeto da intervenção do Presidente da CM de Águeda.

O Presidente da Mesa declarou que se devem evitar estratégias que não dignifiquem as pessoas, os órgãos ou as instituições, e dispensar comentários, atitudes e procedimentos que não se adequem a este tipo de fórum.

Ponto 2 – Informação dos Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da Autorização Prévia Genérica de 2016:

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que se trata da evidência do cumprimento da autorização dada por esta Assembleia em novembro de 2015.

Não houve pedidos de inscrição para o uso da palavra.

Tomado conhecimento da Informação dos Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da Autorização Prévia Genérica de 2016.

Ponto 3 – Apreciação e Votação das GOP, Orçamento e Mapa de Pessoal 2017, bem como dos compromissos plurianuais que constam no PPI ou GOP, para efeitos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso:

O Presidente do CI informou que o documento assume todos os objetivos da CIRA, e que 2017 é o quarto ano do Portugal 2020, mas espera-se que seja o primeiro ano de execução real e efetiva, com expressão financeira. Mantém-se no orçamento a Polis Litoral Ria de Aveiro, operação que ainda não está encerrada. Considerou uma proposta séria e ambiciosa face aos compromissos assumidos e que terá continuidade nos anos seguintes, tendo em conta a natureza dos objetivos.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Marques Pereira (Aveiro) considerou que quando existe unanimismo em excesso, causa alguma preocupação e cumprimentou a Mesa pela experiência, serenidade e pela tolerância que teve com todos. Referiu que a vida da CIRA e o essencial da informação não

passa para esta Assembleia. As principais decisões são tomadas pelos Presidentes de Câmara, em reuniões fechadas, cuja informação não passa para os membros desta Assembleia. Considera que vir a um órgão com esta periodicidade, o trabalho da CIRA tem pouco a lucrar, tornando-se difícil uma apreciação informada, sublinhando que a culpa não é de ninguém, mas sim do atual desenho institucional. Considerou ausente do documento o eixo Aveiro-Águeda, questionando quais os últimos desenvolvimentos e o que se perspetiva, num investimento, que considera fundamental e decisivo para o desenvolvimento da região. Entende que a Cultura está misturada com o Turismo e que nada se diz, exceto objetivos genéricos, e que a região teria muito a ganhar com uma programação cultural integrada e com uma melhor rentabilização dos equipamentos de excelência da região.

José Vidal (Águeda) referiu que a Pateira de Fermentelos está cada vez mais assoreada e sem investimento, e o município de Águeda poderá ter de investir numa 2ª fase, 1,5 milhões de euros em obras da Polis que não se veem. Solicitou o mapa de investimentos feitos na Polis e das respetivas comparticipações dos municípios.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que os membros da Assembleia Intermunicipal são membros todo o ano, mas cada um decide exercer as funções como entende. Existe informação com intensidade, de acordo com a evolução dos trabalhos, nomeadamente no *site*, nos boletins informativos e nas notas de imprensa.

Sobre o eixo Aveiro-Águeda afirmou que se encontra nas opções prioritárias do PIMTRA – Plano Intermunicipal de Transportes da Região de Aveiro, que as negociações com o Governo continuam, e espera que se abra uma linha de financiamento do Programa COMPETE, para obras prioritárias para a competitividade dos territórios.

Relativamente à Cultura, referiu que é uma área onde se tem feito muito trabalho, recordando que o concerto do Dia da Região foi um produto do trabalho de produção da Cultura em Rede, e recentemente, apresentou-se uma candidatura de Programação Cultural em Rede para dar continuidade e crescer a este nível. Destacou, igualmente, o trabalho da Rede de Bibliotecas Municipais, que é um exemplo nacional.

Sobre o pedido de informação da Polis, referiu que existe, está disponível na CM Águeda e que a CIRA também a pode enviar. Considera que existem três questões na Pateira de Fermentelos: a primeira, o desassoreamento, em fase de avaliação de impacto ambiental, e a aguardar a conformidade ambiental com o projeto de execução, depois de 6 anos deste

dossiê e de 1,6 milhões de euros de estudos e projetos, para desassorear a Ria, a Pateira de Fermentelos e a Lagoa de Mira; depois os percursos da Pateira, partilhados por Águeda, Aveiro e Oliveira do Bairro, que não foram concretizados no QREN e neste momento discute-se se avançam com dinheiros próprios com a expectativa de virem a ser elegíveis no Portugal 2020; a última questão, está relacionada com o H2Aqua, um dos parques da Pateira que não foi concretizado e também terá de se decidir se avança, ou não.

O Presidente da Mesa colocou à votação o terceiro ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados:

Apreciação e Votação das GOP, Orçamento e Mapa de Pessoal 2017, bem como dos compromissos plurianuais que constam no PPI ou GOP, para efeitos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovadas por maioria, com um voto contra, do membro Augusto Leite, e 12 abstenções, dos membros Carlos Guerra, Sérgio Lopes, Marques Pereira, Carlos Picado, Armando Pinto, José Vidal, Carla Martins, Diamantino Correia, Carlos Alves, José Almeida, Diana Paiva, Toni Martins.

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Autorização Prévia Genérica, para o ano de 2017, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso:

Não houve pedidos de inscrição para o uso da palavra.

O Presidente da Mesa colocou à votação o quarto ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados:

Apreciação e Votação da Autorização Prévia Genérica, para o ano de 2017, no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada por maioria, com duas abstenções, dos membros Carlos Picado e Carla Martins.

Ponto 5 - Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a CI Região de Aveiro.

O Presidente do CI informou que se mantém a opção e a base de cálculo de um euro por eleitor, adaptada às necessidades de funcionamento.

Não houve pedidos de inscrição para o uso da palavra.

O Presidente da Mesa colocou à votação o quinto ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados:

Apreciação e Votação da Contribuição Anual dos Municípios que integram a CI Região de Aveiro, aprovado por maioria, com uma abstenção, do membro Carla Martins.

Ponto 6 - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão 2016.

O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que a CIRA não tem riscos relevantes e cumpre em absoluto o preceito legal.

Não houve pedidos de inscrição para o uso da palavra.

Tomado conhecimento do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão 2016.

Ponto 7 - Apresentação do Estudo sobre o futuro do Centro Hospitalar do Baixo Vouga.

O Presidente do Conselho Intermunicipal começou por agradecer à Assembleia Intermunicipal, precursora deste trabalho, e informou que se trata do primeiro ato público de partilha do estudo, o qual já foi enviado à tutela e a várias entidades com responsabilidades na área, designadamente ao ACeS Baixo Vouga e ao Conselho de Administração do CHBV – Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Destacou o sumário executivo, onde se encontram as grandes conclusões, com realce para a proposta de uma Unidade Local de Saúde para a Região de Aveiro. Agradeceu à Universidade de Aveiro e ao Centro Hospitalar o trabalho de equipa. É um exercício interessante e um contributo positivo, credível, competente, para dar um melhor futuro ao Centro Hospitalar.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Hilário Santos (Águeda) referiu que leu o estudo com atenção e cruzou com o esboço do Plano Estratégico do Centro Hospitalar 2016-2020. Destaca, de menos positivo, alguns dados desatualizados que dependem do Centro Hospitalar, e a pouca informação do ponto de vista económico. Recordou que historicamente este Centro Hospitalar tem suborçamentação, criando uma imagem de má gestão. É um documento importante para a região e para o futuro do Centro Hospitalar e considerou importante que se aprofunde a relação com o Conselho de Administração do CHBV e se exija aos novos gestores objetivos em termos de números.

Augusto Leite (Murtosa) afirmou que não leu o estudo, e que não põe em causa a assistência exercida atualmente pelos bombeiros, mas que é necessário ter em atenção a

necessidade de ter atempadamente em S. Jacinto ambulância com equipamento e socorristas com formação médica, que possam apoiar a população.

Carla Martins (Estarreja) referiu que, em defesa do Hospital de Salreu, não pode ficar tranquila, nem satisfeita com este estudo. Verifica que não há possibilidade de voltar a abrir o serviço de urgência, que poderia dar resposta a 5 concelhos, incluindo à população de São Jacinto. O serviço de raio X e de pequena cirurgia do Hospital de Salreu não aparece neste estudo, e entende que se deveria ir muito além de estudo, defendendo mais valências, pessoal e serviços para o Centro Hospitalar e para as nossas populações, não se conformando com um mal menor.

José Matos (Estarreja) tinha a expectativa que quando fosse apresentada a 1ª versão deste estudo, fosse dado conhecimento a esta Assembleia para contributos. Referiu existir grande desequilíbrio entre as três unidades hospitalares, sendo lógico que Aveiro tenha mais valências porque é central, mas as restantes unidades de Águeda e Estarreja estão deficitárias. Considerou evidente a falta de resposta, em termos de cuidados de saúde primários a partir das 20 horas, às populações de São Jacinto, Murtosa, Torreira. No caso da pequena cirurgia, e havendo listas de espera no CHBV, faria todo o sentido haver mais unidades para dar resposta às necessidades. Considera que o Plano Estratégico do CHBV 2016-2020 deveria contemplar este estudo e questiona até que ponto podem ser coordenados.

O Presidente do Conselho Intermunicipal assumiu ser um documento em aberto, num trabalho mais fortalecido com o CHBV e a Universidade de Aveiro. Reconheceu que este Conselho de Administração foi o primeiro a ter uma atitude mais aberta para trabalhar com a CIRA e com a Universidade de Aveiro. A versão final do estudo é de quem o assina, que foi a Universidade de Aveiro. O maior problema é a mudança de paradigmas, a nível nacional, na área da gestão macro da saúde em Portugal.

O Presidente da Mesa referiu uma recente publicação que analisou e avaliou vários indicadores de 153 países, na qual Portugal baixou oito lugares no ranking, o melhor indicador foi a saúde, que estava na 5ª posição. Considera que a saúde não é um mau exemplo e gostava que os paradigmas mudassem também noutras áreas.

Tomado conhecimento do Estudo sobre o futuro do Centro Hospitalar do Baixo Vouga.

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, a propósito da discussão havida, informou que irá solicitar nos termos adequados e legais, um parecer jurídico, cujo resultado apresentará na próxima reunião da Assembleia Intermunicipal.

Para efeitos de execução imediata, foram aprovadas todas as deliberações em minuta, por unanimidade.

Não havendo outros assuntos o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte e uma horas, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa.

Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Manuel Nunes Simões dos Santos

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Manuel da Silva Soares

Sara Patrícia Rios da Silva

Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Sara Patrícia Rios da Silva